

CONTRIBUIÇÕES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA PERMANÊNCIA DOS DISCENTES CONCLUINTE DO ENSINO TÉCNICO INTEGRADO NO IFPB-CAMPUS CAMPINA GRANDE

Gerilany Bandeira da Costa; Fabiana Pereira Sousa de Queiroz; Icaro Arcênio de Alencar Rodrigues; Myriam de Oliveira Melo Mendes

(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba-IFPB-Campus Campina Grande; caest.cg@ifpb.edu.br)

Resumo: O presente trabalho aborda a inclusão social na Educação, partindo de uma problemática que concerne à permanência e êxito acadêmico de estudantes nas Instituições públicas de Ensino e surgiu das experiências de servidores da Coordenação de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba-IFPB, Campus Campina Grande. Diante disso, o nosso principal objetivo neste trabalho foi analisar as contribuições dos Programas de Assistência Estudantil como mecanismo de inclusão para os estudantes dos cursos Técnicos Integrado ao Ensino Médio que foram contemplados de forma concomitante no Programa de Moradia e no Programa de Alimentação. Na coleta de dados aplicamos um questionário com perguntas estruturadas aplicado com os estudantes concluintes que desde o ingresso a Instituição se submeteram ao processo de seleção para os Programas de Assistência ao Estudantil no período de 2015 a 2018. Utilizamos a análise de conteúdo para desvelar os dados qualitativos. A nossa amostra foi composta apenas por estudantes dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio. O desenvolvimento desse trabalho foi de extrema importância, porque nos permitiu perceber quais as contribuições dos Programas de Assistência Estudantil para a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes, bem como as dificuldades apontadas pelos mesmos desde o ingresso até o último ano para permanecer na Instituição. Deste trabalho surge a possibilidade de se fazer uma pesquisa com os discentes egressos desta instituição e que foram contemplados com os programas de assistência estudantil e investigar as suas percepções de êxito acadêmico e/ou profissional.

Palavras chave: Inclusão, Educação, Assistência Estudantil, Permanência.

1 Introdução

O presente trabalho aborda o tema educação e inclusão social no cenário contemporâneo, partindo de uma problemática que se evidencia a partir das ações das políticas de inclusão que se esforçam para garantir o acesso, a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes, nas Instituições públicas federais em nosso país, com enfoque para o Plano Nacional de Assistência Estudantil- PNAES e a Política de Assistência Estudantil do IFPB- Campus Campina Grande, que estabelece os Programas de Assistência Estudantil.

De acordo com Vasconcelos (2006), a inclusão envolve o exercício da cidadania. Tal cidadania envolve ações dos indivíduos que, por meio do empoderamento, passam a ter conhecimento dos seus direitos e deveres sociais, conseguindo, assim, sua emancipação individual. Destarte, o processo de inclusão envolve o conhecimento acerca dos direitos, a democratização dos espaços sociais e o exercício da cidadania.

Neste âmbito, no ano de 2008, foi criado o Plano Nacional de Assistência Estudantil, reconhecido por meio do Decreto nº 7234/2010. Este plano visa garantir as condições de

permanência dos jovens na educação no nível superior pública federal. Como objetivos destacam-se o de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e contribuir para evidenciar a inclusão social por meio da educação. (PNAES, 2010). Tendo como base os princípios e objetivos estabelecidos pelo PNAES, a Política de Assistência Estudantil do IFPB se insere no contexto de inclusão social, à medida que contribui com a promoção da inclusão por meio da educação (IFPB, 2018), conforme estabelece em seu art. 2º: “posicionamento em favor da equidade e da justiça social, que assegure o acesso, a permanência e a conclusão do curso com qualidade.”

Com o estabelecimento da Política de Assistência Estudantil do IFPB, os estudantes considerados de baixa renda e que possuam uma renda per capita de até 1,5 salários mínimos obtiveram um suporte pecuniário e/ou alimentar para a permanência e conclusão do curso por meio de várias ações, dentre elas a assistência por meio dos programas de moradia, alimentação e transporte. Para obterem acesso aos benefícios, os estudantes são orientados a se inscreverem nos processos de seleção para ingresso nos programas. O processo de seleção é realizado por meio de um estudo da situação socioeconômica dos estudantes, este estudo tem como foco extrair o máximo de informações da realidade do cotidiano destes e assim diante das especificidades de cada estudante, emitir um parecer social (IFPB, 2018).

Desta forma, frente às diferentes questões sociais e desigualdades no nosso país, no que concerne ao acesso, permanência dos estudantes nos espaços educacionais, surge, portanto, a necessidade de se discutir a respeito das ações de inclusão que permeiam o contexto educacional. Neste cenário, as desigualdades atravessam o viés social e de forma absoluta fazem parte do cotidiano dos brasileiros. Portanto, partindo do contexto de desigualdades socioeconômicas o qual também estão inseridos os nossos estudantes do ensino público, a inclusão dos estudantes no IFPB - Campus Campina Grande atendidos pela Política de Assistência Estudantil do Campus, será abordada nesse trabalho por meio do seu principal objetivo que é detalhar quais as contribuições dos Programas de Assistência Estudantil na vida acadêmica dos estudantes concluintes.

Participaram desse estudo 04 estudantes dos cursos Técnicos Integrado ao Ensino Médio que são contemplados com os Programas de Moradia e Alimentação de forma concomitante, desde que ingressaram na Instituição. Faz-se importante ressaltar que todos eles atenderam ao perfil dos editais de seleção dos referidos Programas, principalmente do auxílio moradia, que se diferencia dos demais, por exigir que o estudante esteja em mobilidade estudantil, ou seja, destina-se aos estudantes que são oriundos de outros municípios e que para conseguir manter os estudos no Campus precisam residir fora do seu município de origem.22.3222

Neste sentido buscamos conhecer, a concepção dos estudantes acerca da referida política ao ingressar na instituição; as contribuições desta para permanência e suas dificuldades enfrentadas durante o período.

2 Educação e Inclusão Social

No Brasil, o sistema educacional é fruto de diversas mudanças ocorridas na história da educação, e trazem consigo um caráter excludente e predominantemente voltado para atender as elites, o que ocasionava a população de baixa renda a falta do direito ao acesso à educação.

Teixeira (2005), afirma que a partir da década de 80, com o surgimento das políticas educacionais de desenvolvimento norteadas por dados e pesquisas sobre o sistema educacional, inicia-se neste cenário as discussões sobre a inclusão educacional. A partir deste momento a escola passou a se apresentar como um espaço de inclusão social, exercendo um importante papel na promoção e no desenvolvimento socioeconômico e cultural dos estudantes. No entanto, é importante lembrar que ao exercer esse papel, a mesma passa a assumir um caráter que vai se moldando as exigências da sociedade contemporânea, principalmente após absorver o entendimento sobre a exclusão social como eixo norteador de diretrizes e ações propostas por organizações internacionais, que trazem em seus estudos e pesquisas relatos de pobreza, bem como a necessidade do enfrentamento dessa questão por meio de políticas públicas de inclusão.

De acordo com Oliveira (2007), a inclusão na educação tem como foco garantir que todo cidadão consiga ter acesso a ela. Consiste em uma ampla ação, principalmente nos países marcados por grandes diferenças, argumentando principalmente a questão da qualidade em uma educação para todos. O projeto de uma educação para todos nos faz refletir acerca também de uma educação transformadora e inclusiva, pois nesse panorama imaginamos que seja considerado todo o aspecto social na construção de uma nação mais justa e solidária. Segundo Mota e Chaves Filho (2005, p. 48), os frutos de uma educação transformadora e inclusiva estão vinculados ao “[...] domínio produtivo do conhecimento e à extensão de seus benefícios à população”, quase como uma revolução na educação. Para Mota e Chaves Filho (2005, p. 48), essa revolução rumo à transformação inclusiva implica também:

Mudanças fundamentais tanto na esfera política, quanto na gestão educacional. Garantia de financiamento adequado e universalização da oferta educacional, para todos os níveis e modalidades de ensino, garantia de remuneração justa e condizente para todos os educadores, desenvolvimento de programas para atender às demandas sociais ainda não atendidas, gestão democrática e participativa – seja das

(85) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

comunidades escolares, seja das instâncias governamentais envolvidas nos sistemas de ensino – dentre outros, são questões imprescindíveis à escola inovadora.

Essas mudanças fundamentais redesenha o cenário educacional, quando pensamos em inclusão social neste âmbito, tendo como objetivo alcançar uma democratização da educação, que não se detém apenas a critérios de acesso, mas também a mecanismos que pensem em ações voltados para a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes desde o ingresso até a conclusão do curso. Pois estas ações que tratam sobre os aspectos de acesso, permanência e qualidade do ensino são componentes essenciais e devem nortear as medidas necessárias na tentativa de amenizar as dificuldades e os problemas que surgem no âmbito educacional.

Dias Sobrinho (2010) nos diz que o direito social à educação de qualidade se constitui em um princípio indispensável para a construção da sociedade e incide diretamente na inclusão socioeconômica. Por isso, é dever do Estado assegurar esse direito da forma correta. Assim, a educação interfere diretamente na dimensão humana, social e ambiental, proporcionando o exercício da cidadania e conseqüentemente no processo de inclusão.

3 Plano Nacional de Assistência Estudantil- PNAES e Assistência Estudantil no IFPB

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) criado em 2008 proporciona meios para que o discente de ensino superior e técnico de baixa renda possa dispor de condições socioeconômicas para permanência no curso. Portanto, o PNAES é responsável por promover diferentes ações de assistência estudantil, como é o caso de auxílio moradia, transporte, alimentação, creche, inclusão digital, apoio pedagógico, esporte e cultura, entre outros. Para ter direito à assistência estudantil, o discente deve comprovar, por meio da análise socioeconômica, renda per capita familiar de até 1,5 salários mínimos por mês. (PNAES, 2010).

A Política de Assistência Estudantil do IFPB corrobora com o processo educacional integral, pois tem como principal função assegurar aos educandos o acesso, a permanência e a conclusão do curso, na perspectiva de formar cidadãos éticos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva. Esta revela-se como imprescindível para a inclusão social dos estudantes com hipossuficiência financeira, tendo em vista que seus objetivos visam promover o fortalecimento e a ampliação os programas e os projetos que garantam a permanência e o êxito acadêmico.

É nesse sentido que é importante problematizar as discussões tendo como premissa os seguintes objetivos da Política de Assistência Estudantil do IFPB (IFPB, art. 3º 2018):

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

- I – fortalecer e ampliar programas e projetos de Assistência Estudantil que garantam a permanência e o êxito dos estudantes;
- XII – estimular a participação dos estudantes nos assuntos relativos à assistência estudantil.

Nesse contexto, ao analisarmos tais objetivos os programas de Alimentação e Moradia no campus por meio do atendimento aos discentes citados no trabalho, percebemos as contribuições da Política para a permanência destes na instituição (PNAES, 2010).

Assim, a Política de Assistência Estudantil do IFPB busca promover o desenvolvimento de atitudes e valores favoráveis a inclusão de estudantes considerando suas necessidades básicas para permanecerem no curso, através de ações, serviços e programas, que estão em consonância com o seguinte princípio da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993) os quais destacam a supremacia do atendimento às necessidades sociais mediante a renda, assim como a ampla divulgação dos benefícios, serviços, programas, projetos de assistência e recursos oferecidos pelo poder público.

Portanto, todo processo seletivo da Política de Assistência Estudantil pressupõe a interpretação de uma análise socioeconômica e geográfica, considerando ainda o cotidiano desses discentes.

4 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem quanti-qualitativa, (TANAKA; MELO, 2004) realizada no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, campus Campina Grande.

Também se caracteriza como uma pesquisa de campo que apresenta como característica a coleta de dados nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, de modo a serem diretamente observados (SEVERINO, 2007). O campo da pesquisa foi o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, campus Campina Grande. A composição da amostra foi de 04 discentes concluintes do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio que participaram do processo seletivo anualmente dos Programas de Assistência ao Estudante e foram contemplados com o auxílio alimentação e moradia no período entre 2015 a 2018. Estes autorizaram suas participações via Termo de Consentimento.

O instrumento de coleta de dados foi um questionário elaborado pelos autores deste trabalho, composto por quatro perguntas abertas que visavam identificar qual a concepção da política de assistência estudantil ao ingressar no IFPB e seus impactos iniciais na vida deste discente; quais as formas de contribuição para a permanência no curso e quais as dificuldades²²²

enfrentadas mesmo após ser contemplado com os benefícios.

Para análise dos dados qualitativos foi utilizado a análise de conteúdo, tendo em vista, que, de acordo com Bardin (2016), este método nos permite enxergar a realidade social, buscando revelar o que está por trás dos conteúdos manifestos.

5 Resultados e Discussão

Nesta seção apresentam-se e discutem-se os resultados das perguntas do questionário. Os quadros 1 e 2 revelam a percepção dos estudantes sobre a concepção da política estudantil ao ingressar no IFPB e quais os impactos desta política após a seleção.

5.1 Percepção da política estudantil ao ingressar no IFPB e impacto após ser contemplado no programa

Quadro 1 - Percepção da Política Estudantil ao Ingressar no IFPB

Categorias	Número de citações	Frequência	Transcrição	Participante
<ul style="list-style-type: none"> Pouco conhecimento 	02	50%	<p>“Não tinha muito conhecimento sobre a política de assistência estudantil do IFPB.”</p> <p>“Quando entrei no IFPB, não sabia muito sobre essa política da assistência estudantil”</p>	P1 P3
<ul style="list-style-type: none"> Não sabia da existência da política. 	01	25%	“Eu não sabia que havia no campus uma assistência estudantil”	P2
<ul style="list-style-type: none"> Política muito boa 	01	25%	“Quando fui apresentado ao programa, achei muito bom o programa e que a maioria das escolas deveria ter essas políticas.	P3

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Observa-se que a maior parte dos discentes (50%) conhecia pouco sobre a política de assistência estudantil, assim como um dos participantes (25%) nem ao menos sabia da existência deste política. Cabe destacar que antes mesmo do conhecimento da existência da política, esta busca se adequar as necessidades dos estudantes pelo conhecimento do perfil socioeconômico da população (IFPB, 2018; PNAES, 2010). Outro fator a se destacar é a

imperiosa necessidade de se comunicar, com eficiência, aos discentes ingressantes na instituição sobre essa política, para que não percam a oportunidade de se inscreverem e, no caso de serem contemplados, poderem ter mais recursos para cursar e concluir o curso.

Quadro 2 – Impacto das Políticas de Assistência Estudantil após a seleção

Categories	Number of citations	Frequency	Transcription	Participant
<ul style="list-style-type: none"> Condições plenas de permanência na instituição 	03	75%	<p>“Após ser atendido, tive condições de permanecer na instituição, os auxílios oferecidos pela instituição supriram as minhas necessidades básicas e me deram a luz que eu precisava para continuar caminhando.”</p> <p>“Isso contribuiu para minha permanência no campus”</p> <p>“Por meio dessa política eu e alguns alunos que são de outra cidade conseguimos nos manter em Campina Grande e continuar a estudar no IF”.</p>	<p>P1</p> <p>P3</p> <p>P4</p>
<ul style="list-style-type: none"> Ser bem atendida 	01	25%	<p>“Com toda a certeza fui e ainda sou muito bem atendida.</p>	P2

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

As condições plenas para permanência na instituição (75%) foi o principal impacto para os alunos após serem contemplados, como se vê na resposta de P1: “Após ser atendido, tive condições de permanecer na instituição, os auxílios oferecidos pela instituição supriram as minhas necessidades básicas e me deram a luz que eu precisava para continuar caminhando.” Deste modo, as políticas aqui destacadas cumprem o papel para o qual foram criadas.

5.2 Modo pelos quais os programas contribuem para a permanência do estudante

Se os programas de assistência estudantil contribuem para a permanência dos discentes, buscou-se identificar as formas de contribuição destes programas para a permanência do estudante (Quadro 3).

Quadro 3 – Formas de Contribuição dos programas para a permanência do estudante

Categorias	Número de citações	Frequência	Transcrição	Participante
<ul style="list-style-type: none"> • Supre as necessidades básicas estudantis 	01	16,6%	“O programa moradia supre as necessidades básicas do estudante, contribuindo para a permanência do estudante carente. E o auxílio alimentação favorece a realização das atividades acadêmicas”	P1
<ul style="list-style-type: none"> • Contribui para a permanência do estudante carente 	01	16,6%		
<ul style="list-style-type: none"> • Favorece a realização das atividades acadêmicas 	01		“Com os programas pude me manter em Campina Grande para continuar e terminar os estudos... meus pais não tem condições o suficiente para me ajudar”.	P4
<ul style="list-style-type: none"> • Dar acesso ao bom ensino 	02	33,2%	“Por meio desses auxílios tive acesso ao bom ensino e ótima estrutura”.	P2
			“Estudar no IF que é uma instituição responsável por um dos melhores ensinamentos em Campina”.	P4
<ul style="list-style-type: none"> • Diminuiu dificuldades com tarefas domésticas 	01	16,6%	“Os programas deram contribuições enormes, ... pois antes do auxílio alimentação todos os dias tinha que fazer almoço.”	P3

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

O meio de acesso ao ensino de qualidade (33,2%) consiste na principal forma de contribuição. O Instituto Federal da Paraíba é avaliado como uma instituição de ensino de qualidade e, principalmente para os estudantes provenientes de outras cidades, ingressar e concluir um curso nela é uma oportunidade histórica rara, tendo em vista que, muitas vezes é o único membro da família que dispõe de uma oportunidade consistente de progressão educacional e, conseqüentemente de trabalho.

5.3 Dificuldades enfrentadas mesmo com o atendimento dos programas de assistência estudantil

Ser contemplado com um ou mais programas de assistência estudantil não evita que o aluno não passe mais por nenhuma outra dificuldade, sendo assim, o quadro 4 buscou mostrar estas outras dificuldades que os programas não conseguiram suprir.

Quadro 4 – Dificuldades para além dos auxílios estudantis

(Continua)

Categories	Número de citações	Frequência	Transcrição	Participante
<ul style="list-style-type: none"> A distância da família 	03	50%	“A distância da família foi sem dúvida uma das principais barreiras enfrentadas. Fora isso, não tive muitas outras dificuldades, inclusive, desejo retornar a instituição em 2019.1 para cursar Engenharia da Computação por conta do excelente apoio estudantil oferecido pelo campus.”	P1

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

Quadro 4 – Dificuldades para além dos auxílios estudantis

(Conclusão)

Categorias	Número de citações	Frequência	Transcrição	Participante
<ul style="list-style-type: none"> A distância da família 	03	50%	<p>“Logo no início foi também está longe da família, pois antes estudava bem perto de casa e sempre estava com a família”.</p> <p>“No início demorei para me adaptar com e me acostumar com a ausência dos meus pais”.</p>	P3 P4
<ul style="list-style-type: none"> Problemas de saúde 	01	16,67%	<p>“Algumas vezes foi difícil permanecer no local onde fico durante a semana devido a problemas de saúde”.</p>	P2
<ul style="list-style-type: none"> Carga horária intensa somada com pressão excessiva 	01	16,67%	<p>“Em algumas ocasiões a carga horária intensa somada a pressão exercida por alguns professores foram empecilhos para a minha permanência no curso”.</p>	P2
<ul style="list-style-type: none"> Adaptação com a cidade nova 	01	16,66%	<p>“No início tive que me adaptar ao lugar, pelo fato de vir de cidade do interior e as coisas serem muito diferentes”.</p>	P3

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Notou-se que a distância da família (50%) é a principal dificuldade enfrentada pelos discentes que são assistidos pelos programas de assistência estudantil, constituindo, assim principal fonte de apoio social. Para além das barreiras, o estabelecimento de metas a curto e

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

médio prazo se configuram como forma de superar os problemas do presente.

A distância da família foi sem dúvida uma das principais barreiras enfrentadas. Fora isso, não tive muitas outras dificuldades, inclusive, desejo retornar a instituição em 2019.1 para cursar Engenharia da Computação por conta do excelente apoio estudantil oferecido pelo campus. (P1, 2018).

Devido a característica de verticalização do ensino que engloba os Institutos Federais, esta instituição possibilita que o discente ora matriculado no curso técnico possa ingressar em curso superior no mesmo campus, após obter nota do ENEM satisfatória par a matrícula.

6 Considerações Finais

Os programas de assistência estudantil executados no campus Campina Grande são percebidos como essenciais para a permanência e conclusão do curso pelos discentes investigados.

Desta forma, a política de assistência estudantil cumpre seu papel de propiciar condições de ensino de qualidade para jovens de baixa renda e ultrapassa o assistencialismo, na medida em que, por um curto período de tempo em que o estudante se encontra na instituição, fornece para estes jovens competências e habilidades para ingressar no mundo de trabalho.

Deste trabalho surge a possibilidade de se fazer uma pesquisa com os discentes egressos desta instituição e que foram contemplados com os programas de assistência estudantil e investigar as suas percepções de êxito acadêmico e/ou profissional.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. reimp. da 1. ed. de 2016. Lisboa: Edições 70, 2016.

CAMPELLO, A. M. **Dualidade Educacional**. In: **Dicionário da Educação Profissional em Saúde [on-line]**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2009. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/duaedu.html>>. Acesso em: 05 out. 2016.

DIAS SOBRINHO, J. **Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão**. Educ. Soc., v. 31, n. 113, Campinas, out./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400010>. Acesso em: 10 out. 2016.

IFPB. **Política da Assistência Estudantil do IFPB**, 2018. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/Ano%202018/ad-referendum/resolucao-no-25>> Acesso em: ago. 2018.

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social. Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

MOTA, R.; CHAVES FILHO, H. Educação transformadora e inclusiva. **Inclusão Social**, v. 1, n. 1, p. 47-50, 2005.

PNAES. Decreto nº 7234/2010. **Programa Nacional de Assistência Estudantil**, 2010.
Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm > Acesso em: ago. 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

TEIXEIRA, Cristina. SBS – XII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA GT 03 – EDUCAÇÃO E SOCIEDADE Educação e inclusão social? Os limites do debate sobre o papel da escola na sociedade contemporânea. Disponível em:
<file:///D:/Downloads/sbs2005_gt03_cristina_teixeira.pdf>.
Acesso em: 04 set. 2018.

VASCONCELOS FILHO, André. Inclusão: direito de todos. 2006.149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Faculdade de Educação – PPGE, Rio de Janeiro. Disponível em:
<http://www.educacao.ufrj.br/ppge/dissertacoes/Dissertacao_Andre_Vasconcelos.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.